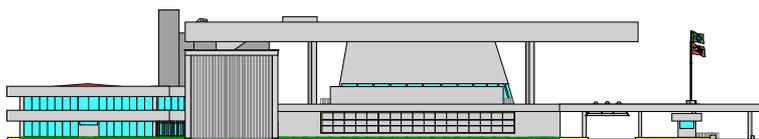


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 10 DE AGOSTO DE 2011

NÚMERO 6.317

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Chereim

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Chereim - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Ângela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Ângela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Ângela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Chereim
Ângela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ângela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Chereim

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Ângela Albino
Dado Chereim

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2317 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 068ª Sessão Ordinária realizada em 04/08/2011 2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Presidência DL..... 8</p> <p>Publicações Diversas Audiência Pública..... 9 Atas da Procuradoria..... 12 Aviso de Licitação 13 Aviso de Resultado 13 Extrato..... 13 Mensagem Governamental 13 13 Ofícios..... 13 Portarias..... 14 Projetos de Lei 15 Redações Finais 16 Requerimento..... 20</p>
---	---	--

PLENÁRIO

ATA DA 068ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta matéria sobre o Brasil publicada pelo *Financial Times*; saúda os pronunciamentos do Judiciário relativos aos processos movidos contra servidores cujas aposentadorias ultrapassam os vencimentos dos deputados.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cobra maior atenção por parte do governo para as instituições que abrigam menores infratores.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda o tráfico de drogas e a audiência pública que realizará sobre o tema.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Cobra a criação de rede de proteção às mulheres, com a

instalação de casas de apoio, centros de referência e delegacias da mulher.

Explicação Pessoal

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda a necessidade de tornar prioritária a questão da segurança pública no estado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se à violência contra a mulher; analisa a falta de segurança nas estradas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Reafirma necessidade da criação de rede de proteção à mulher.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Preocupa-se com a insegurança nas rodovias.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se à Lei Maria da Penha; acredita numa solução para a insegurança nas rodovias catarinenses; celebra o lançamento de programa federal voltado ao aperfeiçoamento de cientistas e pesquisadores de ponta.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Chama a atenção para o grande número de acidentes na SC-411, entre Tijucas e Nova Trento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anterior.

(São lidas e aprovadas as atas.)
Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os companheiros e os funcionários desta Casa.

Deputado Neodi Saretta, deputada Luciane Carminatti, com o mundo em crise, com o presidente Barack Obama tendo que negociar com o Congresso americano a aprovação do projeto que aumenta a capacidade de endividamento dos Estados Unidos para não dar calote no mundo todo, mesmo com os problemas de ordem política que estamos tendo em nosso país, o que é normal na democracia, ontem o Brasil foi assunto do *Financial Times*, em matéria que afirma, deputado Silvio Dreveck, que o problema do Brasil está sendo administrar o seu sucesso econômico. Esse foi o mote. A reportagem ressalta que temos dificuldades na educação e que não temos um quadro educacional à altura do país que desejamos. Ressalta ainda a questão das obras de infraestrutura, mas que o país vive um momento esplendoroso apesar da crise financeira que afeta todo o mundo.

Ao mesmo tempo, quero ressaltar mais uma coisa, deputado Reno Caramori, com relação

ao nosso debate referente aos supersalários, às aposentadorias por invalidez permanente, pois durante o recesso fiquei basicamente em Florianópolis visitando desembargadores, visitando o Iprev, visitando o serviço médico.

Já falamos sobre os mandados de segurança impetrados para que não fossem reduzidos os salários, porque de acordo com a Procuradoria Jurídica Casa tratava-se de direito adquirido. Contudo, aos mandados de segurança impetrados pelos servidores Ademar Francisco Koerich, Augusto José Alvetti e Luiz Henrique Farias foi concedida liminar, segundo a qual esses servidores não podem receber acima do que determina a Constituição, ou seja, o teto constitucional, que no caso é o salário de deputado, que é de R\$ 20.045,00.

Quero parabenizar os juízes Rodrigo Tolentino de Carvalho Colaço, Francisco Oliveira Neto e Carlos Adison Silva, cuja decisão acaba com a história do “sempre foi assim” em relação ao valor que há de se pagar como teto máximo nesta Casa.

Não bastasse isso, considerando-se que o Iprev deve fazer as perícias a cada dois anos dos aposentados ou dos que estão em auxílio doença, houve um desses servidores, cujo salário chegava a R\$ 35 mil (se não me engano, o sr. Augusto José Alvetti, a quem não conheço), entrou com uma ação judicial pedindo a suspensão da sua perícia médica.

Deputado Ismael dos Santos, ele entrou com uma ação solicitando que a Justiça determinasse a não feita de perícia médica! É possível que não se lembre do motivo pelo qual se aposentou, pois qual o problema que ele vê em fazer uma perícia médica? Até é bom porque se estiver doente, o médico o examinará e poderá orientá-lo a procurar o seu médico particular. Se ele tiver problemas no coração, é grave! Se há 20 anos não está-se tratando, o médico lhe dirá para cuidar-se melhor! Mas ele entrou com uma ação para não fazer a perícia médica! Nunca vi isso! E olha que sou médico.

Nesta Casa se deu a maior epidemia de cardiopatias graves da história do Brasil! Não é de Santa Catarina, é do Brasil. É a maior concentração de cardiopatia grave por metro quadrado! E a Assembleia Legislativa de Santa Catarina seria o local de maior alto risco para aquisição de doenças cardíacas do país!

Mas voltando ao caso do servidor Augusto José Alvetti, aposentou-se, não pagou mais Imposto de Renda porque a doença é grave e agora diz que não quer fazer a perícia médica. Porém, o despacho do juiz de Direito, dr. Hélio do Valle Pereira, a quem quero parabenizar, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

O autor foi aposentado por invalidez. Agora foi convocado para nova avaliação médica.

Do que consta dos autos, portanto, não há nenhuma decisão administrativa no sentido de cortar proventos. Não vejo, de outro lado, nenhum padecimento relevante em apenas comparecer a uma consulta médica agendada por órgão público.

Coisa completamente diversa, claro, é deliberar sobre os resultados das eventuais conclusões do IPREV - mas não consta que a autarquia será de tal modo afoita que possa causar prejuízo ao segurado sem que, sendo o caso, seja oportunizado o contraditório. Quanto ao tópico, o que existe são apenas ilações que me parecem precipitadas por parte do demandante.[...]”[sic]

Parece-me que há 26 ou 27 servidores que, por orientação do advogado, entraram com uma ação para não fazer a perícia. A orientação do advogado deve ter sido a seguinte: “Se vocês se lembram do que se aposentaram e estão com os documentos em dia, nós faremos a defesa. Agora,

se não estão bem lembrados do motivo pelo qual adoeeceram e se aposentaram, aí entram com uma ação para não fazer a perícia.”

Então, temos vivido momentos aqui muito hilários e a cada mandado de segurança, a cada ação por parte de um servidor com relação a isso, estarei nesta tribuna me pronunciando e informando.

E quero dizer mais, deputado Reno Caramori: esse funcionário Augusto José Alvetti impetrou mandado de segurança, mas já perdeu e agora não quer fazer a perícia. Quem sabe caiba até uma ação popular, porque se não for apontado como inválido, talvez tenha que devolver o que recebeu indevidamente. Ou ele está com medo da Receita Federal porque está muito tempo sem pagar Imposto de Renda?

Assim sendo, para os próximos mandados de segurança ou ações impetradas por ex-funcionários para não terem que fazer a perícia médica virei aqui para acompanhar de perto, porque sou médico, conheço o livro de normas técnicas e perícias do estado e sei que houve falcaturia nos laudos periciais feitos nesta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoas presentes na sessão desta manhã de quinta-feira, quero tratar de um assunto que merece mais atenção por parte deste Poder e por parte das autoridades em geral. Trata-se da situação das casas de internação de menores infratores.

Sr. presidente, a Grande Florianópolis inteira está sem qualquer lugar de albergamento de menores em conflito com a lei. O Centro Educacional São Lucas, em São José, às margens da BR-101, foi desativado em dezembro de 2010. O Plantão Interinstitucional de Atendimento - Pliat -, situado na Agrônômica, está desativado desde o mês de junho de 2011, depois de uma fuga, pois praticamente todos os menores se evadiram. Ficaram apenas dois, os outros foram embora. Até parece irônico, porque alguns entendem a política e o trabalho de ressocialização como soltar os menores para que eles voltem a socializar-se, deixar que fujam, tomar medidas que sejam a paz e a garantia de que vão sair.

O Centro Educacional São Lucas ficará pronto somente em 2013, é a previsão, porque foi desmanchado, foi destruído, foi demolido, para que seja construída uma nova edificação. E o Pliat, que está em reforma, deve ficar pronto em setembro próximo.

O que o levou à desativação já falamos aqui nos anos anteriores, por ocasião de situações esquisitas que ocorreram no São Lucas. Na minha forma de ver, além dos problemas físicos e estruturais, foram problemas oriundos da gestão. Evidentemente que o espaço físico não era estruturalmente adequado, não tinha as condições necessárias, o que prejudicava muito a segurança e todo o trabalho socioeducativo que se fazia nesses locais. Mas o que levou à desativação foram os problemas de gestão, ocasionando uma situação de caos tamanho que não houve jeito de continuar. Tanto que, por intervenção do Ministério Público e do Poder Judiciário, definiram por interdita-lo, por fechá-lo.

Tenho manifestado aqui, sempre que se fala em sistema prisional em geral ou no sistema de atendimento ao menor infrator em particular, a minha preocupação como profissional de segurança pública, pois trabalhei 16 anos no sistema prisional, evidentemente que na guarda externa, uma função específica da Polícia Militar.

Tenho perguntado desta tribuna se alguém imagina que o estado tire a liberdade de alguém e espere que essa pessoa adore essa medida, espere que essa pessoa, a partir daquele dia, comporte-se como os nossos filhos nas nossas casas, como os nossos vizinhos. Evidentemente que não! Tirar a liberdade de alguém é uma medida de força e esse conceito precisa ser trabalhado, entendido e admitido por todos os envolvidos nessa questão. O policial militar faz a detenção; o policial civil instaura o inquérito e pede a prisão, a reclusão ou o internamento, quando é menor; o Ministério Público acusa, denuncia; o juiz determina a sanção, e a partir daí todos os servidores da área da Segurança terão a tarefa de fazer cumprir a sanção determinada pelo Poder Judiciário. Sanção é uma medida de força! A maioria da sociedade acha que isso tem que ser feito, como eu também acho, afastando do convívio social aquelas pessoas que tenham um comportamento prejudicial ao conjunto da sociedade, quando não violento ao extremo, a ponto de levar a cometer um assassinato, um homicídio. Todos nós achamos que isso é correto, exceto aqueles que estão nessa condição.

No entanto, há uma vontade imensa de que todos sejam simpáticos, e aí se fala: “Nós vamos aplicar uma medida socioeducativa!” Na verdade, é uma medida de força, o objetivo é que é socioeducativo. E medida de força implica em estrutura e tratamento adequado. Ora, tanto o São Lucas quanto o Pliat foram desativados porque os últimos diretores nomeados, que não eram da área, tomaram atitudes que levaram a uma situação absurda de indisciplina por parte dos internos. E quem da sociedade é capaz de defender que os internos, os menores internados ou os sentenciados nas penitenciárias não têm que ter disciplina? Aliás, a medida de força é justamente para restabelecer uma situação de disciplina que eles não tiveram como cidadãos livres. E só a partir disso a medida socioeducativa ou os programas pedagógicos socioeducativos em geral podem ser aplicados. Não dá para aplicar programa socioeducativo se não há disciplina, que só é garantida nessa circunstância por medida de força.

Estou aqui defendendo a violência? Em hipótese alguma! Sou defensor dos direitos humanos, sou policial. Agora, prender alguém é uma medida de força, manter preso é uma medida de força e é preciso estrutura física adequada, é preciso um programa interno de disciplina que seja respeitado. E quando o menor ou o adulto não o respeitam, o que se faz? Diz-se que está tudo bem e que pode ir embora?

Os últimos diretores do São Lucas e o atual diretor do Pliat, que, aliás, é um policial militar aposentado, assim como eu (ele é coronel e eu não), pensam que para ser diretor de uma instituição dessas tem que chegar lá e fazer a vontade dos menores. Os agentes socioeducativos não concordaram em fazer um procedimento, um pacto, sei lá o que, porque não havia segurança para isso. Daí o diretor, que deveria saber disso, por ser um profissional da segurança pública, disse: “Vocês não querem fazer, mas eu faço!” Fugiram todos! Todos que não estão na igreja, que não estão na escola, que não estão ajudando a sua comunidade e que estão traficando droga. São homicidas alguns deles, um com seis homicídios nas costas. Que criança fofa, com seis homicídios nas costas!

E aí se esquece as medidas de força e fica-se apenas na conversa, na terapia de grupo, pensando que se vai tratar aquelas pessoas dessa forma. É preciso discutir isso! Gestor de estabelecimento prisional deve ser da área! Gestor de casa de internação de menor infrator tem que ser alguém da carreira! Ou nos partidos que ganham o governo não há nenhum servidor de carreira que

seja da sua confiança, que tenha experiência, que conheça os procedimentos, que saiba das dificuldades? Com certeza há, e vários! O problema é a imposição política e os conceitos atravessados, antissociais e a favor dos marginais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero, deputado Sargento Amauri Soares, seguir a sua linha de raciocínio, já que a temática dessa semana tem sido, pelo menos pelo que foi pautado na imprensa, a segurança pública.

Primeiramente, quero parabenizar v.ex.a. e a deputada Luciane Carminatti pela audiência pública, realizada ontem, sobre segurança nas rodovias de Santa Catarina. E gostaria de dizer que alguns números de fato preocuparam-nos. Inicialmente houve algumas informações, como a frota de caminhões no estado, que conta com 250 mil veículos, ou seja, é uma frota considerável para Santa Catarina, e de mais de duas mil empresas na área de fretamento e turismo de passageiros. Ontem nos chegou a informação oficial da Polícia Civil sobre 287 Boletins de Ocorrência de roubo de cargas no estado de Santa Catarina. O deputado Reno Caramori, que é da área sabe bem desse desafio.

E não é só isso. Pedro Lopes, presidente da Fetranesc, comentou a questão do seguro de um caminhão, que gira em torno de R\$ 50 mil, para um caminhão que custa R\$ 300 mil. Imaginem uma empresa que tem dez caminhões! Praticamente é um caminhão por ano só de seguro!

Como disse muito bem o deputado Sargento Amauri Soares, e eu acompanhei a sua entrevista depois, o que é preciso, de fato, é essa sintonia entre a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Rodoviária Estadual. Há a questão do Paraná: assalta-se um caminhão em Santa Catarina, mas ele passa para o Paraná, que, entretanto, não quer atender. Enfim, há toda essa questão de jurisdição, inclusive interna, no estado de Santa Catarina, quando é uma rodovia federal ou estadual.

Mas, seguindo essa esteira da segurança pública, quero dizer que participei ontem à noite, em Balneário Camboriú, do debate na 18ª Conferência Estadual de Entorpecentes, que reuniu os Comens e Comads de todo o estado, com a presença do secretário César Grubba. Na ocasião, discutimos algumas questões relacionadas à segurança pública e ao binômio drogas e segurança pública.

Deputado Sargento Amauri Soares, durante quatro anos fui membro do Conselho Municipal de Entorpecentes da cidade de Blumenau e sei das dificuldades, das limitações e da determinação dos conselheiros que, quase no anonimato, fazem um trabalho fantástico em Santa Catarina. Infelizmente, muitos municípios acabaram desestruturando os seus conselhos municipais de combate e prevenção às drogas.

Mas no debate, ontem, do qual participei junto com o secretário César Grubba, houve um depoimento emocionante do vice-prefeito de Balneário Camboriú, Cláudio Fernando Dalvesco, que inclusive foi às lágrimas quando falou do seu drama em buscar recuperar o seu filho da questão das drogas.

Depois desse depoimento e do debate, analisamos alguns números com o secretário de Segurança Pública. E ontem mesmo a imprensa catarinense noticiou que foram cometidos 449 assassinatos em Santa Catarina apenas no primeiro semestre de 2011. É um número assustador: 449 homicídios no estado apenas no primeiro semestre! Segundo o Núcleo de

Geoprocessamento da secretaria da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, desses 449 assassinatos, autores e vítimas, 90% estão na faixa etária de 18 a 24 anos. Disseram também os técnicos da Segurança Pública de Santa Catarina que desses 449 assassinatos quase 95% envolvem o narcotráfico.

Se formos analisar as razões, deputado Sargento Amauri Soares, do envolvimento dos jovens de forma precoce, tendo tolhidas as suas vidas, podemos citar muitas questões, como a dissolução familiar, a inversão de princípios e de valores, o próprio consumismo delirante que, infelizmente, permeia a sociedade na atualidade, sem falar de outras questões, como a própria curiosidade ou a fuga de pressões em casa, no trabalho e na escola. Enfim, há muitas razões que fazem com que os adolescentes e jovens acabem envolvendo-se com o mundo do narcotráfico.

Mas essa é uma aritmética nefasta, que envergonha todos os catarinenses, inclusive nós, parlamentares. Em Santa Catarina, que é conhecido como um estado turístico, um estado de qualidade de vida, chegamos a este número alarmante no primeiro semestre de 2011: 449 assassinatos e, como disse, mais de 90% envolvendo jovens no narcotráfico, em especial na região da Grande Florianópolis, mas também em todo o estado de Santa Catarina.

Por essas e por tantas outras razões é que vamos, sim, continuar trazendo para esta Casa o debate do que de fato o governo precisa fazer. O governo tem sido omissivo e tenho dito isso para o governador Raimundo Colombo. Isso é histórico. O governo catarinense e os governos no país de uma forma geral têm sido extremamente omissos na questão do combate e prevenção das drogas. E nós vamos, sim, continuar hasteando essa bandeira no Parlamento catarinense. Já fechamos com a Secretaria Nacional, deputada Luciane Carminatti, e estarão presentes aqui representantes daquele órgão federal no próximo dia 29. Estamos, inclusive, buscando uma parceria com a Câmara Federal e é bem provável que tenhamos a sua participação na audiência pública no dia 29 de agosto, às 10h, aqui na Assembleia Legislativa, para aliamos forças, juntamente com o Congresso Nacional, na batalha contra as drogas, buscando, de uma forma ou de outra, resgatar os jovens e adolescentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Remo Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Esta Presidência procede à comunicação de duas mensagens do governador do estado:

(Passa a ler.)

“MENSAGEM N. 214

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Tramita nesse egrégio Poder Legislativo o Projeto de Lei n. 0236.8/2011, de origem governamental, encaminhado pela Mensagem n. 149, de 15 junho de 2011, que ‘dispõe sobre a alienação de participação minoritária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN - e estabelece outras providências’.

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 03 de agosto de 2011.

(a) JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado”[sic]

“MENSAGEM N. 215

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DO ESTADO

Nos termos do artigo 181, parágrafo único, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicito respeitosamente a Vossas Excelências o desarquivamento e retirada do Projeto de Lei n. 0569.4/2009, que ‘autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis’, tendo em vista que a finalidade proposta no projeto deixou de existir.

Florianópolis, 03 de agosto de 2011.

(a) JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado”[sic]

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, dividiremos o tempo do partido com o deputado Neodi Saretta.

Gostaria de salientar que no próximo domingo, dia 7 de agosto, comemoraremos o transcurso dos cinco anos da aprovação da Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a uma mulher que foi vítima de agressões por parte de seu companheiro e que durante 19 anos lutou contra esse tipo de violência contra a mulher brasileira.

Trata-se de um marco histórico na vida nacional, tanto para as mulheres e para os movimentos feministas, quanto para a sociedade como um todo, pois a lei pune a violência cometida contra a mulher e tipifica, para além da violência física, outras expressões de violência. E refiro-me à violência sexual, à violência patrimonial, à violência psicológica e à violência moral, que muitas vezes são praticadas veladamente e de forma silenciosa.

Com o advento da Lei Maria da Penha, foi triplicada a pena para os agressores domésticos. Da mesma forma, cresceram os mecanismos para proteção das vítimas, prevendo a prisão em flagrante dos agressores, além da decretação da prisão preventiva. Lamentavelmente, as mulheres brasileiras ainda precisam desses mecanismos para se sentir mais seguras. E não apenas elas, mas também os seus filhos.

Em nível federal, os avanços da lei já vêm apresentando resultados significativos. Segundo balanço do ministério da Justiça, já foram sentenciados 111 mil processos e distribuídos mais de 330 mil procedimentos sobre esse assunto. Foram feitas também 9,7 mil prisões em flagrante e decretadas 1.587 prisões preventivas de agressores.

Entretanto, sr. presidente, a realidade das mulheres ainda é muito preocupante. Segundo a Fundação Abramo, a cada dois minutos cinco mulheres são espancadas no Brasil. Por isso é que o nosso estado necessita criar mecanismos para implementar na sua plenitude a Lei Maria da Penha. O estado de Santa Catarina ainda não possui uma rede de proteção nesse sentido, pois são necessárias mais casas-abrigo e mais delegacias da mulher com atendimento especializado. Refiro-me especificamente ao atendimento realizado por profissionais capacitados para receber as mulheres vítimas de violência, porque, infelizmente, quando uma mulher agredida chega à delegacia ainda lhe perguntam o porquê da agressão. Lamentavelmente essa pergunta ainda é feita.

Ora, sr. presidente e demais parlamentares, esse tipo de pergunta não pode ser feita de maneira alguma, caso contrário será mais uma violência sofrida pela mulher justamente quando ela vai fazer a denúncia, quando ela vai tentar o auxílio numa delegacia cujos profissionais não têm capacitação.

Nós, mulheres, que hoje somamos 52%

da população brasileira, que ocupamos espaço nas diferentes instâncias de poder, que mantemos os nossos lares, as nossas casas nos diferentes aspectos da vida, não podemos ficar passíveis e indiferentes diante desse silêncio no estado de Santa Catarina. Esse silêncio que paira quando se trata da implementação de políticas para as mulheres que querem ter seus direitos alicerçados e entre eles o fundamental, que é o direito à vida, o direito de ser feliz, o direito de construir uma família e dar abrigo, atenção e educação para os seus filhos. Em muitos casos essas mulheres estão sofrendo essa agressão em casa.

Aproveito a oportunidade para lembrar que na Assembleia Legislativa participei da aprovação de dois projetos transformados em lei com a temática voltada às mulheres: os Projetos de Lei n.s 12.630/2003 e 12.947/2004.

O primeiro, de iniciativa do então deputado Wilson Vieira, conhecido carinhosamente como deputado Dentinho, instituiu o Programa Estadual de Apoio à Mulher Vítima de Violência. O segundo, de iniciativa desta deputada, estabelece a notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher atendida nos serviços de saúde da rede pública e privada.

Vejam, hoje a mulher quando sofre esse tipo de violência, principalmente em sua casa, tem que a relatar em vários momentos: na polícia, no hospital e no posto de saúde. Essa lei precisa, de uma vez por todas, ser implementada no estado de Santa Catarina, ser sancionada pelo governador, pois já foi aprovada nesta Casa. É isso que as mulheres esperam e nós, parlamentares, também gostaríamos que fosse implementada de uma vez por todas.

Sr. presidente, a Lei Maria da Penha tem um papel social transformador no campo da educação, do esclarecimento, da implementação de políticas voltadas para garantir o acesso universal das mulheres em situação de violência e também ao socorro jurídico. Tem também o objetivo de difundir a violência praticada de forma contínua contra as mulheres como um problema das diferentes sociedades. A tipificação da violência doméstica como um crime aconteceu apenas com a Lei Maria da Penha, que completa no próximo dia 7 de agosto, domingo, cinco anos da sua existência. Vale ressaltar que somente foi sancionada porque tivemos um presidente sensível a essas questões, que condena todas as formas de violência e defende a cultura da paz a fim de que tenhamos uma sociedade diferente.

Dessa forma, torna-se inconcebível e incompreensível que o nosso estado, que tem a maioria da população constituída de mulheres, ainda permaneça à deriva dos mecanismos de implementação da Lei Maria da Penha, dos mecanismos de proteção às mulheres. Ainda está à deriva! Aqui continuam fechando os olhos para a triste realidade do cotidiano. Infelizmente, o pior cego é aquele que não quer ver. A todo o momento verificamos, através dos meios de comunicação, mais mulheres vítimas de violência e que ainda não podem contar com uma rede de proteção do estado. Mulheres desassistidas, espancadas, assassinadas, não obstante a extraordinária lei que veio para disseminar a paz e banir qualquer tipo de violência contra a mulher.

Dessa forma, a bancada feminina desta Casa tem um papel fundamental de cobrar do governo do estado, através da Coordenadoria da Mulher, foi implantada pelo estado de Santa Catarina, e do Conselho dos Direitos e Defesa da Mulher. Que possamos construir no estado de Santa Catarina uma rede de proteção às mulheres vítimas de violência e aos seus filhos.

Por isso, apelamos à sensibilidade dos srs. parlamentares para que, juntamente com a bancada feminina desta Casa, possamos cobrar do governador do estado mais casas de apoio,

mais centros de referência à mulher, mais delegacias da mulher espalhadas pelos municípios catarinenses e que na conferência que será realizada em nosso estado as mulheres se integrem a essa luta.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PTB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PTB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Não havendo oradores do PP que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao DEM.

(Pausa)

Não havendo oradores do DEM que queiram fazer uso da palavra, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0005/2011; 0053/2011; 0166/2011, ao qual foi apensado o Ofício n. 0195/2011; 0185/2011; 0212/2011; 0233/2011; 0241/2011; 0251/2011; 0254/2011; 0255/2011; 0280/2011 e 0307/2011.

A comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0214/2011.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0224/2011.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0276/2011, 0277/2011, 0283/2011, 0289/2011, 0306/2011, 0313/2011, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0259/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0375/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0973/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0975/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0978/2011 e 0979/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0977/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Submetemos à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0974/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao superintendente regional do DNIT, no sentido que sejam tomadas medidas administrativas emergenciais para agilizar o processo de federalização da SC-280, entre Canoinhas e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0976/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Trabalho e ao superintendente regional do Trabalho e Emprego em Santa Catarina, pedindo mais recursos para a realização de trabalhos de pesquisa na área da saúde do trabalhador e campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção em acidentes de trabalho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0977/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Justiça e ao superintendente de Polícia Rodoviária Federal, pedindo a implantação de mais um posto na BR-153, entre Irani e a divisa com o Paraná.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0062/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 2.245/2007.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0101/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e aos comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, solicitando informações referentes às câmeras de segurança instaladas nos veículos de uso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados e sras. deputadas, gostaríamos, já que o assunto de hoje envolveu diversos debates sobre a Segurança Pública, de dizer que apresentamos um requerimento que acabou de ser aprovado por este Plenário, para que seja implantado mais um posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-153, entre os municípios de Irani e a divisa com o Paraná.

Temos um trecho longo dessa rodovia que é atendido hoje pelo posto da Polícia Rodoviária Federal que fica no município de Concórdia. Muitas vezes foi solicitada a instalação de mais um posto no trecho entre a divisa do Paraná e o município de Irani. No passado, inclusive, houve uma tentativa de simplesmente mudar o lugar do posto. Obviamente que essa ideia depois foi deixada de lado, porque não se pode admitir a retirada do posto da Polícia Rodoviária Federal de onde está instalado hoje, nas proximidades de Concórdia, mas há necessidade de mais um posto, já que a cada dia cresce a preocupação com a segurança nas nossas rodovias.

Temos acompanhado o debate nesta Casa, deputado Sargento Amauri Soares e deputada Luciane Carminatti, sobre essa questão, inclusive suas manifestações, e entendemos que é fundamental que haja uma preocupação maior nesse sentido. Aliás, temos acompanhado também as intervenções nesta Casa sobre a segurança e estamos preparando alguns dados para trazer a este Plenário a nossa preocupação em relação a essa questão, posto que os índices de criminalidade no estado são preocupantes e não apenas nas rodovias. Preocupamos também, às vezes, a demora com que algumas ações são encaminhadas, a exemplo da instalação de câmeras de vigilância. E cito o caso de Concórdia como exemplo, porque há mais de três anos vem-se falando da instalação dessas câmeras, mas nada acontece.

Então, entendemos que a questão da segurança deve ser tratada com mais carinho, com mais cuidado, para que possamos, efetivamente, ter os resultados que a sociedade merece. Entendemos, inclusive - e temos dito isso em algumas falas e palestras que temos feito -, que a par dos grandes problemas tradicionais que as administrações enfrentam, como a dívida, o investimento, a infraestrutura, a saúde e a educação, a questão da segurança e da epidemia das drogas, que se tem espalhado pelo Brasil e pelo mundo afora, tem que colocada em pauta como prioridade não apenas no momento em que acontece alguma catástrofe, mas no dia a dia, para que efetivamente possamos dar tranquilidade à população catarinense.

Eram esses os registros que gostaríamos de fazer nesta manhã, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero aproveitar para registrar a presença de vereadores e lideranças de Irinenópolis: Geraldo Orłonski, Ademir Galle e Alcione Agostinho Adami, que estão nesta Casa para tratar sobre segurança pública e solicitar uma audiência na comissão de Segurança.

Para nós é uma satisfação recebê-los. Sabemos que saúde e segurança pública são temas importantes e vamos procurar atendê-los, discutir o tema, porque é importante a participação da sociedade nessas questões.

Hoje já foi abordada aqui a Lei Maria da Penha e lembro que a região de Porto União foi atendida com a criação da delegacia da Proteção à Mulher, ao Adolescente e ao Idoso, que procura dar atendimento para todos os municípios da microrregião, especialmente da comarca de Porto União. Inclusive, durante o nosso período na delegacia-geral de Polícia, chegamos a 16 delegacias de Proteção à Mulher instaladas no estado de Santa Catarina, ou seja, 16 regiões já são atendidas por essas delegacias.

Foi dito pela deputada Ana Paula Lima, e é muito importante, que a violência contra a mulher não é uma violência aparente, muitas vezes é silenciosa, mas marca para toda a vida. Há estudos que mostram que muitos autores de crimes sexuais, de crimes violentos, na infância foram vítimas ou testemunhas de violência.

Infelizmente, poucos casos de violência contra a mulher são notificados às autoridades competentes, o que faz com que menos de 2% dos agressores tenham algum tipo de condenação. Isso é muito pouco, até porque 80% das vítimas no decorrer do processo acabam desistindo, porque são dependentes financeiramente dos agressores.

Então, para combater a violência contra a mulher não basta somente uma delegacia, um policial, um delegado para atendê-la. A questão é bem mais complexa, são necessários assistentes sociais e psicólogos, pois cada caso tem que ser acompanhado de perto. Digo isso porque acompanho o trabalho dos valorosos policiais que atuam nessa área e conheço a dificuldade que encontram ao tentar convencer a vítima a dar seguimento à denúncia.

Então, é muito pertinente a preocupação da deputada Ana Paula Lima e de todos os parlamentares com a questão da violência contra a mulher, que acaba sendo uma agressão contra toda a família.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Não desmerecendo a sua intervenção e as suas considerações, deputado, mas isso ocorre porque não há uma rede de proteção à mulher. Muitas mulheres não denunciam porque não existe uma rede de proteção, e quando denunciam é porque já apanharam muito, já sofreram muito.

Elas têm que ter segurança para que consintam que o processo vá adiante. E temos que respeitar também aquelas que, num momento de abalo emocional, tiram a queixa. Entretanto, muitas mulheres morreram por falta da ação do estado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Conheço o trabalho policial e a vontade do policial é que se cumpra a lei, é que se dê segurança. O grande problema, às vezes, é a morosidade, é que não se dá importância a duas, três agressões ou a uma ameaça. Se há um pedido de prisão, é preciso que o delegado vá convencer o juiz e o promotor sobre o perigo daquela ofensa, para que efetivamente alguma ação concreta aconteça.

Vemos inúmeros casos em que a comunicação é feita, mas, infelizmente, a vítima acaba retirando-a. E não é nem num momento de cabeça quente, é quando ela fica em casa, tranquila, que acaba retirando.

Como delegado de polícia atendi agressões a famílias às 3h da manhã, deputada Luciane Carminatti, mas às 7h a vítima já estava na delegacia tomando cafezinho com o agressor. Até com bolacha, porque ela ficou duas, três horas em casa, o momento de tensão passou e resolveu liberar o companheiro agressor. Então, o atendimento psicológico e social é mais importante até do que o atendimento policial nessas questões.

Sr. presidente, falou-se aqui também acerca da reunião das comissões de Segurança Pública e dos Transportes. O deputado Neodi Saretta disse que na região de Concórdia estão preocupados com a segurança nas estradas. Mas não é somente lá, em todo o estado de Santa Catarina há essa preocupação. Inclusive, teremos uma nova audiência pública provavelmente no município de Porto União, em conjunto com as autoridades do estado do Paraná, para integrar as ações no dois estados.

A bandagem nas estradas é outro crime difícil de combater pela sua ramificação, pela sua complexidade, por não haver centralização das informações, o que faz com que os problemas sejam empurrados de um lado para outro: a ação começa num município, o motorista fica refém, mas a carga é encontrada noutra cidade. Então, sem uma diretoria específica para esses assuntos, as delegacias individualmente não conseguem fazer o trabalho.

Com relação às câmeras de segurança, acho que é um mecanismo muito forte no combate à criminalidade e o estado tem condições de implantá-las. Mais de 160 câmeras de segurança foram adquiridas e estão prontas para ser instaladas na Grande Florianópolis, especialmente no município de São José, pois isso não depende de efetivo. Mas é preciso ter boa vontade, determinação, é preciso querer fazer acontecer para aumentar a segurança pública e pessoal do cidadão catarinense.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Concedo um aparte ao deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Deputado Maurício Eskudlark, quero complementar as palavras de v.exa. de forma bem rápida, pois o seu tempo está no fim.

Nas empresas transportadoras a margem de lucro é tão pequena que o imprevisto acaba trazendo sérias dificuldades. Quando falo em imprevisto refiro-me aos acidentes de trânsito ocasionados pelas más condições das rodovias, além dos roubos de cargas, sendo que o responsável pela carga é quem a transporta. Além disso, o seguro é caro e existem cargas que valem mais do que o próprio caminho.

Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Daniel Tozzo, seu depoimento é importante porque v.exa. é da área empresarial e conhece as dificuldades que o empresário de Santa Catarina enfrenta, vítima das más condições de trafegabilidade das estradas e da criminalidade.

Então, são questões importantes a ser debatidas. Poderia até falar de um assunto abordado pelo deputado Sargento Amauri Soares sobre uma polícia única porque realmente temos que repensar a segurança: ou mudamos ou a sociedade muda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

A próxima oradora inscrita em Explicação Pessoal é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores do TVAL.

Quero, em primeiro lugar, fazer menção à Lei Maria da Penha, que completa cinco anos neste domingo e dizer que é uma lei que não precisava existir se tivéssemos respeito profundo pelo ser humano e não nos colocássemos como dono do corpo de alguém.

Essa lei foi aprovada porque a sociedade tem comportamentos, atitudes, gestos e concepções equivocadas em relação ao outro, ao parceiro, seja homem ou mulher. Especificamente no caso da Lei Maria da Penha, à falta de respeito à liberdade e à independência da mulher. E nesse sentido é uma conquista, porque a realidade está aí para todos verem. Mulheres são violentadas, são espancadas, são agredidas não somente fisicamente, mas também moral e psicológica-

mente, e essa talvez seja a maior dor das mulheres.

Mas o fato é que mesmo sendo uma lei que veio para proteger a mulher, ainda não temos uma rede de proteção que permita que ela e sua família sejam adequadamente atendidas. E falo isso porque essa é uma das razões que levam as mulheres a retirarem as queixas.

O deputado Maurício Eskudlark colocou muito bem. Acredito que os servidores que lidam com esse problema acabam frustrando-se, mas precisamos compreender essa construção histórica e cultural, ou seja, a mulher ainda não está num momento em que consiga chegar até o final da linha: fazer a denúncia e levar o processo até o fim.

A lei veio e que bom que ela veio para proteger. Agora, cabe a nós, parlamentares, cobrar das autoridades a implantação de casas-abrigo e de centros de referência, de mais delegacias da mulher; cobrar que o SUS funcione, para que tenhamos o sistema de segurança pública funcionando.

Em relação à audiência que propusemos e que foi muito bem conduzida pelo deputado Sargento Amauri Soares, ela revelou um problema secular, eu diria: a falta de integração entre as Polícias. Isso não é novo, estamos carecas de ouvir falar. Mas não falta somente a integração das Polícias de Santa Catarina, falta integração entre os estados. Aproveitando-se disso, os bandidos agem e aterrorizam a população.

Acho que identificamos o problema, ou seja, a região de fronteira, portanto, um problema geográfico, e a falta de integração das Polícias.

Portanto, a audiência a ser realizada na primeira semana de setembro em Porto União tem que caminhar no sentido de que as Polícias deste estado dialoguem!

E quero dizer uma coisa: não sou da tese de que as coisas não têm solução. Aviso sempre para quem trabalha comigo: tudo tem solução. Porque se começarmos a fazer o debate dizendo que não dá para resolver, então é melhor nem o fazer. Se é verdade que havia problemas em outras regiões e que quando a Polícia Rodoviária Federal agiu naquele ponto específico os criminosos se deslocaram para outra região, é sinal de é possível tomar algumas atitudes, algumas iniciativas, que vão interferir no problema da BR-153, na divisa entre Santa Catarina e Paraná.

O terceiro ponto que quero abordar é com relação ao programa lançado pelo governo federal, através do ministério da Ciência e Tecnologia, um programa, na minha concepção de educadora, que pensa o futuro e pensa a estratégia deste país. O governo vai investir R\$ 3,16 bilhões para formar cientistas. São 100 mil bolsas de intercâmbio até 2014 para estudantes e pesquisadores em modalidades que vão do nível médio ao pós-doutorado. Desse total, 75 mil bolsas são de responsabilidade do governo federal.

O programa Ciência Sem Fronteiras tem o objetivo de aumentar a presença de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de excelência no exterior e também fomentar a inovação. Dos R\$ 3,16 bilhões, 35 mil bolsas são do CNPq e 40 mil são da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Durante a cerimônia de lançamento, a presidente Dilma Rousseff frisou que o Brasil precisa atingir outro patamar na área de ciência, tecnologia e inovação. E há um dado muito interessante: na Coréia do Sul forma-se um engenheiro a cada quatro formandos, ao passo que no Brasil formamos um engenheiro a cada 50 formandos. Isso mostra como estamos longe de colocar a ciência e a tecnologia no Brasil num nível de primeiro mundo.

Esse programa, que acredito ser inovador e muito significativo, está dividido em quatro modalidades e atingirá um público variado. O Bolsa Brasil Graduação, para alunos de graduação, inclui passagem aérea, bolsa mensal, seguro-saúde, auxílio instalação e taxas de uso de infraestrutura. Já o Bolsa Brasil Jovens Cientistas de Grande Talento busca estimular bolsistas de todas as regiões do país através de convênios com fundações estaduais de apoio à pesquisa. Por seu turno, o Pesquisador Visitante Especial no Brasil é voltado para grandes lideranças científicas internacionais, prioritariamente brasileiros radicados no exterior, que virão para cá dois meses por ano para socializar os seus experimentos, levando brasileiros para fazer parte da pesquisa no exterior.

Há também o Treinamento de Especialistas e Engenheiros de Empresas no Exterior, em que serão escolhidos especialistas e engenheiros de empresas brasileiras ou instituições de ciência e tecnologia que necessitem absorver ou aperfeiçoar técnicas específicas.

Então, são R\$ 3,16 milhões destinados a formar cientistas, pesquisadores e educadores de ponta. Fico muito feliz quando o Brasil aponta também para ter soberania nessa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, estaremos dirigindo-nos hoje a Ituporanga, no alto vale do Itajaí, juntamente com o deputado Mauro de Nadal, para discutir a situação dos hospitais filantrópicos, das fundações hospitalares e dos pequenos hospitais. Essa mesma reunião será realizada no dia 26 de agosto, em Araranguá, no sentido de discutir a questão dos pequenos hospitais de toda a região sul do estado, como já fizemos em São Miguel d'Oeste. Ainda ocorrerá, no dia 19, em Araranguá, organizada pela comissão de Saúde, outra audiência pública para tratar da situação do Hospital Regional de Araranguá, que é um grande hospital de referência regional, deputado Valmir Comin, e que atende a uma importante região que passa por uma crise muito séria. Assim, a pedido do deputado José Milton Scheffer, vamos realizar uma audiência pública lá também.

Mas o que me fez realmente assomar à tribuna, em Explicação Pessoal, é um assunto que foi motivo de três importantes encontros e reuniões nos últimos 30 dias: a SC-411, que liga Tijucas a Nova Trento e que, infelizmente, é conhecida como rodovia da morte.

No ano passado ocorreram 23 acidentes fatais naquele trecho da rodovia, uma rodovia que passa pelo vale do rio Tijucas, especificamente pelos municípios de Canelinha, São João Batista e Nova Trento. Na verdade, aquela rodovia vai até Gaspar, mas no trecho de Tijucas a Nova Trento, até em função do turismo religioso, o movimento é cada vez mais intenso.

E falando em turismo, outros municípios também começam a crescer, como Nova Trento, pelo aumento do fluxo de turistas na região. Assim, além do turismo religioso, temos o polo calçadista e de cerâmica. Trata-se também de uma importante via de acesso para o litoral, principalmente no verão. É uma rodovia extremamente movimentada com acesso ao litoral e até com acesso a Brusque, que é um ponto importante de referência em compras no estado de Santa Catarina.

Então, pelo turismo religioso, pelo fato de se tratar de um polo calçadista e cerâmico e permitir acesso ao litoral, por tudo isso aquela

rodovia tem prioridade em ser atendida pelo governo do estado.

Por isso, há 30 dias foi realizada na Câmara de Vereadores de Tijucas uma audiência pública, proposta pelo vereador Adalto Gomes, do PT, que é da Polícia Rodoviária Federal e conhece muito bem a grave situação das rodovias. Eu e o deputado Dado Cherem participamos, além da grande presença de prefeitos, vereadores e da comunidade de todo o vale de rio Tijucas.

Após a audiência, estivemos com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, numa visita de inspeção à SC-411, até porque a comunidade fez um belíssimo trabalho, na verdade, analisando ponto a ponto, levantando os principais problemas e apresentando sugestões para solucionar a questão. Essas propostas vão desde a implantação de redutores de velocidade, até a viabilização do chamado trevo do alemão, que facilitará enormemente a conversão na rodovia, e de rotatórias, lombadas eletrônicas e um elevado. Há ações que são de curto, outras de médio e algumas até de longo prazo e de grandes investimentos.

Tudo isso é fruto, srs. deputados, de um trabalho já elaborado pela comunidade, mostrando o seu interesse e a sua participação efetiva na resolução das suas dificuldades, que, inclusive, se antecipou e levantou todos os problemas para os técnicos da secretaria da Infraestrutura do estado.

Depois dessa visita ao secretário Valdir Cobalchini, sempre acompanhado dos prefeitos e das lideranças comunitárias do vale do rio Tijucas, estive em audiência com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira com vistas ao encaminhamento das reivindicações propostas pela comunidade.

Entre as reivindicações que visam promover melhorias na rodovia, há a solicitação da construção de um posto da Polícia Rodoviária Estadual mais próximo, já que aquele trecho está subordinado ao posto que se situa na rodovia Jorge Lacerda e que atende a outras rodovias. Por exemplo: a rodovia que liga a BR-101 ao Parque Beto Carreiro World é uma SC atendida também por aquele posto da Polícia Rodoviária Estadual. Na verdade, o posto localizado em Gaspar atende a 168km de rodovia que nem são contíguos, são intercalados, e uma dessas parte é a rodovia que liga Tijucas a Nova Trento. Inclusive, quando há a apreensão de algum veículo, ele tem que ser removido para o pátio da Polícia Rodoviária Estadual de Gaspar.

Isso é um absurdo, um disparate, pois representa uma perda de tempo e de recursos, que são escassos. Assim, a construção de um posto da Polícia Rodoviária Estadual em Canelinha é um pleito justíssimo da comunidade e dos prefeitos, que já doaram um terreno para essa finalidade.

Quero destacar ainda a importância que aquela rodovia tem para os municípios do grande vale do rio Tijucas e por isso o pleito é justo, é mais do que certo e vamos cobrar firmemente do governo o cumprimento, o atendimento dessas reivindicações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o art. 40 e seus parágrafos do Regimento Interno, no uso de suas atribuições
CONSTITUI Fórum Parlamentar do Esporte, integrado pelos Senhores Deputados Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Darci de Matos, Mauro de Nadal, Daniel Tozzo, Sargento Amauri Soares e Angela Albino, objetivando ações de acompanhamento e propostas para melhoria do esporte em Santa Catarina, para o fortalecimento do esporte como instrumento de inclusão social.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 10 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições ALTERA o Ato da Presidência nº 001-DL, de 9 de fevereiro de 2011.

Substituí o Deputado Maurício Eskudlark, na Comissão de Constituição e Justiça pelo Deputado Adilor Guglielmi; nas Comissões de Segurança Pública e de Legislação Participativa, pelo Deputado Gilmar Knaesel; na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, pelo Deputado Luiz Eduardo Cherem; e na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, pelo Deputado Daniel Tozzo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Volnei Morastoni

Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputado *Adilor Guglielmi*

Deputado Elizeu Mattos

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Marcos Vieira

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Manoel Mota

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Neodi Saretta

Deputado Darci de Matos

Deputado Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado *Gilmar Knaesel*

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Marcos Vieira

Deputado Jean Kuhlmann

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Aldo Schneider

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado *Luiz Eduardo Cherem*

Deputada Angela Albino

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Romildo Titon

Deputada Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Valmir Comin

Deputada Angela Albino

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Manoel Mota

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Mauro de Nadal

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Luiz Eduardo Cherem

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Volnei Morastoni

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputada Angela Albino

Deputado Altair Guidi

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Manoel Mota

Deputado *Daniel Tozzo*

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado José Milton Scheffer

Deputada Angela Albino

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Narcizo Parisotto

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputado Neodi Saretta

Deputado Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Altair Guidi

Deputado Valmir Comin

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Edison Andrino de Oliveira

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Neodi Saretta

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Adilor Guglielmi

Deputado Altair Guidi

Deputado José Milton Scheffer

Deputado Darci de Matos

Deputado Manoel Mota

Deputado Aldo Schneider

Deputado Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputada Angela Albino

Deputado Silvio Dreveck

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Manoel Mota

Deputado Romildo Titon

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado *Gilmar Knaesel*

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Manoel Mota

Deputado Aldo Schneider

Deputado Dirceu Dresch

Deputada Angela Albino

Deputado José Nei Alberton Ascari

Deputado Luiz Eduardo Cherem

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de agosto de 2011

Deputado Gelson Merisio

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A ESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, REALIZADA NO DIA 13 DE JULHO DE 2011, ÀS 9H, NO PLENÁRIO OSNI RÉGIS, DA ALESC.

No décimo terceiro dia do mês de julho de 2011, às 9h, no Plenário Osni Régis, da Alesc, foi realizada audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para debater a Estruturação dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. A senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, abriu os trabalhos e convidou para compor a mesa as seguintes autoridades: Deputada Estadual Ana Paula Lima, 4ª Secretária da Alesc; Deputada Estadual Angela Albino, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e proponente da audiência pública; Desembargadora Saete Silva Sommariva, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Trindade dos Santos; Selma Elias Westphel, coordenadora estadual da Mulher, representando o governo do Estado de Santa Catarina; Dalva Maria Kaiser, da Coordenadoria Municipal da Mulher de Florianópolis; Mirtes Valles Piovesan, Presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher; Simone Lolatto, do Fórum Estadual pela Implementação da Lei Maria da Penha; Estela Maris Cardoso, do Fórum Nacional de Mulheres Negras; Mônica Coimbra Forcellini, Delegada da Mulher, representando a Secretaria de Estado da Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Em seguida, registrou a presença das seguintes autoridades: Paulo Henrique Andrade Pinto, psicólogo e policial civil, representando o Delegado-Geral de Polícia Aldo Pinheiro D'Ávila; Leocir Domingo Zanella, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia; Jucimara Tomaz, assessora parlamentar, representando o Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; Antônio Sebastião Pereira da Silva, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional; Irma Manuela Paso, representando o Fórum Catarinense de ONGs/Aids; Raquel Felau Guisoni, vice-coordenadora, representando a União Brasileira de Mulheres; Kelly Aparecida dos Santos, coordenadora do Centro Cultural Escrava Anastácia; Neusa Freire Dias, representando a Casa da Mulher Catarina; Mônica de Camargo Cortina, coordenadora de extensão da Unidade de Ciências Sociais Aplicadas da Unesc; Denise Maria Vieira de Simas Santos, representando a Secretaria Municipal da Assistência Social de Joinville; Vera Lucia Tessiani, diretora de Políticas Públicas para Mulheres do Município de Palhoça; Teresa Kleba Lisboa, representando o Instituto de Estudos de Gênero da Ufsc; Juliana Habtzroiter, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social da Criança e do Adolescente de Blumenau; Gladis Helena da Silva, assistente social da Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde; Maria Guilhermina Cunha Salasario, conselheira do Conselho Municipal da Mulher, representando a Associação dos Direitos Humanos; e Zaida Rabello, representando a Deputada Estadual Dirce Heiderscheidt. Na sequência, destacou que a violência contra as mulheres vinha avançando no País e no Estado, causando prejuízos a elas e às suas famílias, lembrando que as crianças acabam repetindo as atitudes e o comportamento dos pais. Falou que em Santa Catarina apenas 8% dos Municípios possuem delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de violência, que apenas 4% dos Municípios têm Conselhos de Direitos da Mulher e que 3% contam com Casas Abrigo, a mesma porcentagem dos Centros de Referência. Salientou a necessidade de se aumentar e qualificar esse tipo de atendimento, sugerindo que sejam realizadas pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher duas reuniões de trabalho no segundo semestre de 2011, uma em Chapecó e outra em Florianópolis. Destacou que para essas reuniões serão chamadas entidades para discutir a questão da violência contra a mulher com o objetivo de propor ao governo do Estado soluções para esses problemas. Informou, também, que acontecerão três cursos para formação de lideranças femininas no Estado de Santa Catarina, ministrados pela Escola do Legislativo, para tratar sobre os temas da Conferência da Mulher de 2011, da formação de lideranças e

autonomia e das relações de gênero e a violência doméstica. Registrou que 47% das mulheres afirmaram, em pesquisa do Instituto Avon/Ipsos, que já foram agredidas fisicamente dentro de casa, relatando que no Centro-Oeste 21% das mulheres afirmaram que o medo de serem mortas é o principal motivo para não denunciarem seus parceiros; que no Sudeste esse número é 15%, no Sul 16% e no Nordeste 13%. Comentou que o ciúme e o alcoolismo são os principais motivos de agressão à mulher, apresentando, em seguida, alguns dados chocantes: 15% das mulheres disseram que eram forçadas a fazer sexo com seus companheiros e 38% dos homens admitiram que já tinham batido em suas mulheres sem motivo. Apontou para o fato de que a falta de dinheiro e a tutela dos filhos eram os motivos destacados pelas mulheres para não largarem seus maridos agressores. Prosseguindo, disse que as pesquisas demonstravam que a sociedade não confia na proteção jurídica e policial nos casos de violência doméstica, sendo essa a percepção de 59% das mulheres e de 48% dos homens. Afirmou que a denúncia depende da coragem da mulher, ressaltando que o número de denúncias ainda é muito baixo em relação à violência existente. Disse que isso ocorria porque as políticas públicas que incluem as delegacias especializadas, os Centros de Referência e as Casas Abrigo estavam muito aquém da necessidade, o que foi comprovado com dados apresentados anteriormente. Na continuidade, passou a palavra à Deputada Estadual Angela Albino, membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que afirmou que o interesse principal da Comissão é o de reunir esforços no sentido de trazer a discussão sobre a questão da mulher para dentro da Alesc. Afirmou que precisa ser otimizada a atuação da bancada feminina, acrescentando que ações pontuais estão sendo tratadas, como a elaboração de um diagnóstico sobre a discussão dos Centros de Referência, instrumento fundamental no combate à violência contra as mulheres, processo que ainda padece de poucos instrumentos no Estado de Santa Catarina, ocasionando, assim, a falta de solução aos problemas sociais que acometem as mulheres do Estado. Lembrou da luta das professoras do Estado e falou que o tratamento dado a elas, pelo governo, era também uma violência, deixando claro seu apoio à greve da categoria. Concluindo, pediu união e coragem a todas, dizendo que a violência contra a mulher é a mãe de todas as violências, pois um ambiente familiar violento cria pessoas violentas, banaliza a brutalidade contra as mulheres. Em seguida, discursou a senhora Selma Elias Westphel, Coordenadora Estadual da Mulher, representando o governo do Estado de Santa Catarina, que iniciou sua fala dizendo que era preciso mais cidadania para mais brasileiras. Afirmou que o Plano Nacional de Política para Mulheres é resultado da mobilização de quase duzentas mil brasileiras, além da contribuição das mulheres catarinenses que participaram da 2ª Conferência Catarinense. Falou que a parceria entre governo federal, governo estadual e governo municipal é imprescindível para haver igualdade entre homens e mulheres, assim como a construção de um plano nacional de políticas públicas voltadas às mulheres. Revelou que está trabalhando arduamente no sentido de apresentar um plano que atenda aos anseios das mulheres catarinenses. Lembrou que havia apenas oito Centros de Referência em Santa Catarina, destacando que uma vida sem violência é um direito das mulheres. Falou que a violência contra as mulheres realmente a violência geral da sociedade, portanto, são necessários mais centros de atendimento e a promoção de mudança cultural através de atitudes. Comentou que qualificar os Cras e os Creas está também nos planos do governo, lembrando que foi elaborado um Projeto Integral Básico que levantou as demandas e necessidades de políticas direcionadas às mulheres, projeto que antecedeu à assinatura do Pacto Nacional em 2011. Afirmou que, além da Conferência Estadual, o foco é a operacionalização do Projeto Integral Básico e a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres. Continuando, citou grandes compositores, como Geraldo Vandré, que disse: *"Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer"*. Desejou que a presente audiência pública fosse uma dessas horas, qual seja, a de se construir uma política pública que atenda aos anseios das mulheres catarinenses. Citou, ainda, Milton Nascimento, em trecho de música: *"Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre"*. [Taquígrafo-revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.]. Disse que a Coordenadoria é o governo presente na ação, considerando que para uma caminhada resistente e realizadora basta que todos os presentes façam parte do grupo. Ao encerrar, convidou todos para fazerem parte de um grupo que construa um plano anual voltado à mulher catarinense. Na continuidade, fez uso da palavra a senhora

Deputada Estadual Ana Paula Lima, que saudou os presentes e classificou como grande desafio a responsabilidade que recai sobre os ombros da Coordenadoria Estadual da Mulher, pela incumbência de atender aos anseios de uma população vitimada e pela agilidade que sua operacionalização requer posta a intensa demanda, somados ao fato de que dos oito Centros de Referência citados poucos estão funcionando adequadamente. Dirigindo-se à coordenadora, pontuou a força das mulheres manifestada no extenso número de papéis sociais que desempenham diariamente, evidenciando que agora precisam juntar essas forças para que, de forma organizada, cobrem do governo estadual e do governo federal ações no que tange ao atendimento às mulheres. Argumentou que para resolver o problema da sociedade é necessário resolver o problema das mulheres. Destacou que o papel da mulher como referência, como esteio da família cai por terra quando são elas submetidas a situações de vulnerabilidade, cabendo ao governo atendê-las nesse momento. Evidenciou ser este o momento apropriado para, além de discutir a estruturação dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, ouvir as necessidades, os anseios das mulheres. Informou que a cada quinze segundos uma mulher é violentada, espancada, desmoralizada, tanto na sua casa como no seu local de trabalho, sem ter onde recorrer. Falou que existem no Estado apenas oito Centros de Referência, quatro Casas Abrigo e vinte e três delegacias, que operam com homens tão despreparados a ponto de perguntarem às vítimas o que fizeram para apanhar. Exaltou que frente a esses absurdos cabe-lhes impor ações. E, reportando-se à Coordenadoria, identificou como objetivo das Conferências ouvir e agir a partir dos anseios dessas mulheres, pondo fim a esse retrato vergonhoso do Estado, estancando a reprodução da violência. Em seguida, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, concedeu a palavra à Desembargadora Salete Silva Sommariva, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Trindade dos Santos, que cumprimentou os presentes, destacadamente as integrantes da mesa, avaliando-as como grandes mulheres que lutam por grandes causas. Saudou também os professores que hoje representam a combatividade, envolvidos intensamente na busca de seus incontestáveis direitos. Constatando que além da violência física há ainda a violência moral, que muitas vezes ultrapassa as raízes de qualquer espécie de violência, apontou os Centros de Referência como locais apropriados para atendimento à mulher. Chamou a atenção para o fato de que a cada dez processos da Lei Maria da Penha em oito ocorre desistência por parte da mulher, mostrando-se ciente de que essas desistências são impostas por contextos sociais, políticos, culturais, financeiros e inúmeros outros fatores que a obrigam a preferir ser alvo de violência a ficar sem o pão de cada dia para seus filhos. Situou historicamente quão antiga e quão atual é a luta incansável e incessante pela equidade de gêneros. Finalizou convencida de que a participação e o empenho de todos promoverão a implantação de melhorias que perspectivem, dentro de algum tempo, ver a mulher ocupando uma situação mais definida. Por sua vez, a senhora Mirtes Valles Piovesan, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, cumprimentou a iniciativa da realização da presente audiência pública, bem como a iniciativa de oferecer cursos de capacitação e formação de lideranças em parceria com a Escola do Legislativo. Reafirmou que a violência não pode fazer parte da cultura; que não deve virar um costume. Finalizou almejando agregar mais instituições para que, com a Coordenadoria Estadual da Mulher, consigam implementar políticas públicas e fortalecer as Conferências Municipais. Sugeriu, por fim, que fossem conferidos os encaminhamentos aprovados na Conferência anterior e sua aplicação no PPA vigente. A senhora Simone Lolatto, do Fórum Estadual Maria da Penha, cumprimentou os participantes da audiência pública solicitada pelo Fórum à bancada feminina, compartilhando a preocupação com o assombroso aumento do número de casos de violência contra as mulheres. Por outro lado, observou a inércia do governo na construção de políticas públicas que promovam a equidade de gênero. Registrou que existem nos 293 Municípios do Estado vinte e três delegacias de mulheres, oito Centros de Referência e quatro Casas Abrigo para atender mulheres vítimas de violência e ameaçadas de morte por ex-maridos ou ex-companheiros. Apontou dados de pesquisas indicando que 16% das mulheres não rompem com os agressores por medo de morrer ou por medo de que possa acontecer a seus filhos. Lembrou que os noticiários ilustram inúmeros assassinatos cometidos por homens que não aceitaram o fim do relacionamento. Avaliando a gravidade da situação, ressaltou que precisam urgentemente estruturar redes mínimas para atender às vítimas e estabelecer parcerias com as instituições aptas a trabalhar com famílias em condições de violência. Explicou que é nos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência que as mulheres violentadas devem ser atendidas por mulheres capacitadas para realizar encaminhamentos e tratamentos adequados. Disse que os homens agressores, assim como as crianças filhas de vítimas de violência, devem receber

tratamento em lugares adequados e capacitados para esse fim. Apontou como atribuição dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ser referência e contrarreferência, para tanto, devem promover parcerias com as delegacias, com os hospitais, com os serviços e projetos, enfim, criar uma rede de atendimento buscando também o encaminhamento das crianças e dos homens. Pontuou como necessária a abertura e a estruturação dos Creas, afirmando que não eliminam, não retiram as funções dos Centros de Referências no Atendimento de Mulheres em Situação de Violência. Disse que o governo do Estado e a Coordenadoria Estadual de Mulheres têm que fazer uma escolha urgente: ou continuam tão somente participando de eventos relacionados às questões das mulheres ou partem para a construção de políticas públicas. Dando continuidade, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, concedeu a palavra à delegada Mônica Manganelli Coimbra Forcellini, da Delegacia da Mulher, que agradeceu o convite e iniciou dizendo que a violência contra a mulher é um fato. Contou que neste ano já foram registradas 662 medidas protetivas e uma média de dois mil inquéritos policiais, reafirmando a necessidade de mais delegacias especializadas, de mais fóruns competentes. Destacou a importância de se implantar cada vez mais Centros de Referência, caracterizando-os como local apropriado e capacitado para amparar as mulheres vitimadas. Acrescentou que muitas mulheres desistem dos processos por não existir, de maneira eficaz, uma rede de atendimento que oportunize condições de distanciamento do agressor até o final do processo. Disse que em Florianópolis são registrados em média cinquenta boletins de ocorrência e que este ano já foram decretadas 25 prisões preventivas, fora os autos de prisão em flagrante, destacando a importância de essa rede estar atuante. Ressaltou que além da necessária prisão do agressor é de igual importância a assistência à vítima através de políticas públicas específicas. Fazendo uso da palavra, a senhora Estela Maris Cardoso, do Fórum Nacional de Mulheres Negras, registrou que para as mulheres negras falar de violência é intrínseco, natural. Destacou a importância dos Centros de Referências e das Casas Abrigo pelo atendimento psicológico e pelo acolhimento distanciado do agressor. Acrescentou, ao final, outro ponto fundamental, qual seja, a ressocialização das mulheres vitimadas, visto que desempenham também o papel de chefes de família e precisam trabalhar. Na continuidade, fez uso da palavra a senhora Dalva Maria Kaiser, Coordenadoria Municipal da Mulher de Florianópolis, que agradeceu pelo convite e teceu considerações acerca dos avanços de Florianópolis em relação à política para mulheres, destacando o papel da Coordenadoria como articuladora das políticas públicas no Executivo. Pontuou que o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência atravessa um impasse devido à nova tipificação da política de assistência social, reafirmando o fortalecimento da Coordenadoria como espaço articulador de políticas que possam garantir a especificidade e a qualificação dos serviços dos Centros de Referência. Explicou que a Coordenadoria, desde sua implantação, constitui uma câmara técnica municipal de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, composta por representantes tanto do governo como da sociedade civil. Acrescentou que no último seminário organizado por essa câmara técnica foram aprovados indicativos para a construção do plano. Explicou que de 2009 até este momento praticamente fecharam a discussão do plano e que agora partirão para sua legitimação no Município. Quanto ao Centro de Referência, disse que o Município tem um espaço maravilhoso, mas que precisa ser reaparelhado, qualificado e otimizado. Registrou que o Poder Executivo está aberto à discussão, porém, está encontrando muita resistência. Expressou seu desejo de que saia da presente audiência um documento que contraponha o entendimento da assistência social de que esses Centros de Referência devam ficar dentro do Creas. Afirmou que a Coordenadoria tem se esmerado na luta pela garantia da especificidade do Centro de Referência. Quanto às Casas Abrigo, manifestou ser essa uma batalha constante, que já deveria estar implantada em Florianópolis, declarando ser esse um serviço que não tem mais como ser protelado. Informou que na próxima semana deverão se reunir com a 18ª Regional para discutir também a construção de uma Casa Abrigo regional. Ao destacar a importância do evento, estendeu o convite a todos para participarem da 3ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, que será realizado nos dias 29 e 30 de julho próximo, em Florianópolis, lembrando que na ocasião será discutido e aprovado o Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Ato contínuo, a senhora Presidente, Deputada Estadual Luciane Carminatti, informou que passaria a condução dos trabalhos à Deputada Estadual Angela Albino, visto que tinha de se ausentar em função de compromisso anteriormente assumido. Dando continuidade à audiência pública, a senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino, passou ao espaço reservado às intervenções da plenária, sugerindo três minutos para cada manifestação. Inicialmente fez uso da palavra a senhora Valéria

Carvalho, assessora da Deputada Estadual Ana Paula Lima, que, após saudar os presentes, apontou, entre outras violências, o tratamento despendido à greve dos professores. Disse envergonhar-se de ver anunciado que Santa Catarina é o 4º PIB do País e viverem discutindo políticas públicas na área social. Dirigindo-se à senhora Selma, expôs que vem discutindo com outras companheiras a situação da violência doméstica, mas que no momento presente gostaria de direcionar a discussão para as ações e as políticas públicas. Descreveu, em seguida, a luta de todas as entidades envolvidas na implantação de um Centro de Referência que até agora está sem rede de serviço. Perguntou até quando ficarão discutindo sem partir para ações propositivas. Ilustrou a omissão total do governo do Estado no que diz respeito às questões sociais, lembrando a audiência realizada no dia 20 de junho e que até hoje estão esperando as respostas. Por sua vez, a senhora Alcenira Valderlinde, representando a União Brasileira das Mulheres e o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, ao tecer seus cumprimentos, enalteceu a presença dos professores no debate, relevando seu papel atuante na formação de consciências e o seu acesso à constatação da violência no âmbito doméstico. Observou que a realidade e os dados já apresentados consubstanciavam elementos para uma análise, focando, então, no objeto da presente audiência, qual seja, a estrutura dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Avaliou que, apesar de todos os avanços consolidados, ainda permanece o sentimento de que o gestor, tanto municipal como estadual, não se apropria disso, andando na contraordem das coisas. Descreveu a trajetória de aprovação e regulamentação da Política do SUS que criou os Centros de Referência, sugerindo uma reflexão sobre o que estaria faltando. Relatou que os Centros de Referência só aconteceram a duras penas, com a luta e com a participação da sociedade. Retomando a palavra, senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino, sugeriu que os encaminhamentos fossem entregues por escrito à mesa ou expostos em outro momento da reunião. Com a aquiescência de todos, deu continuidade aos trabalhos, disponibilizando a palavra à senhora Zeli da Silva, secretária da mulher da União Geral dos Trabalhadores de Rio do Sul, que, após os cumprimentos, lembrou as dificuldades e o empenho empreendido para conseguirem implantar um Centro de Referência no Município de Rio do Sul. Prosseguindo, enfatizou o descaso do governo no cumprimento da lei e citou a situação dos professores. Lembrou que se o cidadão descumpra a lei ele vai para a cadeia, ao contrário do Governador. Finalizou sua intervenção pedindo a todos os presentes que encaminhem posição favorável ao funcionamento dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Fazendo uso da palavra, a senhora Sheila Sabag, da Casa da Mulher de Santa Catarina, cumprimentou os presentes e expôs a importância de o Conselho Estadual integrar as ações dos Conselhos Municipais no sentido de fiscalizar, ir até os Centros de Referência para ver se estão trabalhando dentro das normas da SPM. Continuando, registrou que ouviu da antiga coordenadora que o Município que implantasse o Creas não precisava implantar os Centros de Referência. Observou que no Município de Florianópolis o entendimento não foi diferente, ou seja, o Centro de Referência da Mulher seria encapsulado pelo Creas. Argumentou que a mulher, a família e o agressor deveriam ser tratados cada um no seu lugar; que os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência têm inúmeras incumbências, dentre as quais a de criar um banco de dados sobre a violência nos Municípios. Finalizando, salientou que somente a integração promoverá o fortalecimento necessário para provocar a construção de políticas públicas específicas. Por sua vez, o senhor Antônio Sebastião Pereira da Silva, representando o presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia ocupacional, elogiou as falas anteriores, qualificando-as de belíssimas manifestações. Externou que o Conselho Regional sente-se sensibilizado e envergonhado com a situação de violência que atinge as mulheres na sociedade. Lamentou ainda existirem procedimentos omissos e morosos com relação às queixas, aos processos relacionados à situação de violência sofrida pela mulher. Desejou, por fim, que o debate oriundo da presente audiência pública e das seguintes desperte a consciência nos homens de que a mulher é a pedra angular da família. A senhora Fabiana de Macedo Soares Silva, assistente social do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, de Florianópolis, após os cumprimentos, a título de informação, contou que no Estado de Santa Catarina existem quatro Juizados específicos de violência doméstica. Observou, quanto aos Centros de Referência, que não devem retroceder, ao contrário, deve-se trabalhar para que tenham qualificação e metodologia. A senhora Teresa Kleba Lisboa, do Instituto de Estudos de Gênero da Ufsc, após saudar os presentes, confessou ter muito orgulho e muita esperança de que a representação feminina nas esferas de Poder promova a equidade de gênero. Retomando a temática da audiência, elucidou como fator de “impasse” o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência ser

assumido pela política nacional de assistência social ou pelas políticas específicas para mulheres. Defendendo a importância de os Centros de Referência serem considerados política pública para mulheres, informou que as convenções internacionais têm instado, têm chamado os Estados a assumirem a transversalidade de gênero nas políticas públicas, reconhecendo sua importância, sobretudo pelo fato de essas políticas terem sido durante muito tempo uma atribuição exclusiva dos homens. Finalizou reafirmando ser papel do Movimento de Mulheres cobrar do Estado o reconhecimento dos Centros de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência como uma política pública específica para mulheres, uma política que visa à equidade de gêneros. Fez uso da palavra na sequência a senhora Maria Emília Souza, do Fórum Regional de Blumenau pela Implantação da Lei Maria da Penha, que cumprimentou todos, destacadamente a bancada feminina, por ser comprometida com as mulheres e com sua libertação. Registrou que as mulheres de Santa Catarina estavam na reunião para dizer que se sentem feridas pela omissão de um governo que, sistematicamente, nega o direito constitucional de acesso às políticas públicas com financiamento, espaço, programas e serviços. Reportando-se à Coordenadoria Estadual da Mulher, considerou que esse espaço institucional deveria incumbir-se de construir diagnósticos, propor estudos, promover a integração entre as Secretarias e manifestar posições objetivas, abertas, claras e publicizadas no combate à violência doméstica. Pontuou que os Centros de Referência estão enquadrados no SUS, portanto, por serem de alta complexidade, precisam do cofinanciamento estadual, municipal e federal, ou seja, precisam efetivamente da responsabilização das três esferas de governo. *[Taquígrafa-revisora: Sandra Mara Coelho.]* Lembrou que em 1997 ainda não existia a Lei Maria da Penha, que não havia um governo federal que instituisse uma secretaria especial de política pública para as mulheres; não havia conferência nem leis para as mulheres, mas havia vontade política por parte delas. Contou que na época, na cidade de Blumenau, fizeram um centro de apoio para as mulheres, com abrigo, espaço privilegiado para elas, para que na situação de violência doméstica pudessem procurar apoio e se fortalecer na sua autonomia. Informou que hoje há um espaço e um tempo privilegiado, com uma política nacional concreta, com um financiamento, com arsenal teórico e jurídico fantásticos, e mesmo assim o governo do Estado tenta justificar a sua omissão. Para terminar, disse que na audiência pública tem que ser denunciada a omissão do Estado, que é criminoso e que está matando as mulheres, que não têm mais tempo para esperar. Retomando a palavra, a senhora Presidente disse que a Deputada Estadual Luciane Carminatti, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, pediu que ratificasse que a Comissão encaminhará o tema em debate para as reuniões de Chapecó e de Florianópolis, com o objetivo de congregar o maior número possível de entidades no sentido de se tirar uma pauta mais unificada. Contou que, conversando com as Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Luciane Carminatti acerca dos Centros de Referência existentes, foi mencionado que o de Rio do Sul ainda permanecia fechado. Nesse sentido, disse que a proposta é que a bancada feminina faça uma visita a todos os Centros de Referência, a começar pelo de Rio do Sul, com a participação da Coordenadoria, e comunicando a todas as mulheres sobre essa visita. Comentou que a Deputada Estadual Ana Paula Lima tem cobrado reiteradamente uma reunião da bancada feminina, o que já entrou na pauta. Porém, salientou que essa reunião estava sendo adiada pela premência da discussão dos temas na Casa, como a greve dos professores. Revelou que também gostaria de ouvir a Coordenadora Estadual sobre a Conferência Estadual das Mulheres e o andamento das conferências municipais, para se inteirar do que estava ocorrendo. Em seguida, passou a palavra à senhora Alcenira Valderlinde, representando a União Brasileira das Mulheres e o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, que sugeriu como encaminhamento que a bancada fizesse um pedido de informação sobre a previsão da criação de nove instalações de Centros de Referência no Estado. Contou que entrou no site da Secretaria de Assistência Social do Estado para obter informações sobre os Centros de Referência e que lá havia somente a explicação de como colocar a placa e o púlpito para a inauguração, bem como a placa de divulgação do governo do Estado. Lembrou que no dia anterior houve uma audiência pública para discutir o projeto de lei que cria a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina, analisando ser fundamental para a luta, visto que existe uma grande dificuldade no acompanhamento jurídico nos Centros de Referência. Dito isso, sugeriu como encaminhamento que se pudesse tirar da presente audiência um posicionamento e encaminhá-lo ao Relator do projeto. Informou que o referido projeto está na CCJ, que vai avaliar se é ou não constitucional. Disse que acha muito importante encaminhar o documento à Ordem dos Advogados do Brasil, que quer manter a Defensoria Dativa. Dirigindo-se à Deputada Estadual Angela Albino, falou que não haverá estruturação, criação de

Centros de Referência, de delegacias e de varas especializadas se não tiver orçamento. Dito isso, lembrou que neste ano será discutido o Plano Plurianual e as Leis Orçamentárias que irão definir as diretrizes para os próximos quatro anos, solicitando, para tanto, que se faça um documento pedindo a inclusão e a verificação transversal em todas as Secretarias das políticas, especificamente os Centros de Referência. Retomando a palavra, a senhora Presidente perguntou se todos estavam de acordo com os encaminhamentos propostos pela mesa, bem como com a moção de apoio ao projeto de Defensoria Pública que tramita na Casa, com uma reivindicação também das mulheres, destacando que serão citadas as entidades presentes como apoiadoras dessa moção, com o que a plenária aquiesceu. Isto posto, passou a palavra à senhora Mirtes Valles Piovesan, presidente do Conselho Estadual Direitos da Mulher, que inicialmente agradeceu as senhoras Sheila e Valéria pelo convite para participar da audiência pública. Disse saber que a hora não era a mais indicada para trazer problemas, mas comentou que o Conselho não tem verba sequer para pagar uma diária para poderem ir ao Município conversar, e que, nesse sentido, existe um apelo da Secretaria de Desenvolvimento Social para a criação de Conselhos. Dito isso, avaliou que precisavam de orçamento, informando que não conseguiram a aprovação na Lei do Conselho, em que pediam uma representação maior no governo do Estado, porque teria que se pagar diária para os não governamentais do Estado participarem do Conselho. Comentou que durante a semana uma pessoa da Secretaria do Desenvolvimento Social pediu para conversar sobre como estavam sendo colocadas as propostas da conferência anterior no PPA, para o que pediu apoio de todas as mulheres no sentido de analisar como isso foi colocado e que verba terão. Finalizando, disse que o Conselho estava de braços abertos esperando a Coordenadoria para começar a tocar o trabalho. Fazendo uso da palavra, a senhora Selma Elias Westphel, coordenadora Estadual da Mulher, primeiramente colocou que não existe omissão; que estava presente à reunião para colher sugestões. Contou que assumiram a Coordenadoria em março e propuseram, como primeira ação, uma integração com o Conselho, o que foi feito através de uma visita, posto que entendiam que a Coordenadoria e o Conselho têm que caminhar juntos. Como segunda ação, procuraram o Governador e pediram apoio à Coordenadoria no sentido de esclarecer o motivo da sua existência. Em seguida, informou que existem oito Centros de Atendimento às vítimas. Contou que na semana retrasada foram enviados todos os móveis necessários ao Centro de Referência de Rio do Sul para que pudesse ser colocado em funcionamento. Avaliou que se hoje não existe um plano estadual de políticas voltadas às mulheres é porque as coisas não podem ser feitas de cima para baixo, que primeiro é preciso aguardar os Conselhos Municipais, os quais terão os dados de toda a demanda dos Municípios e das regionais. Dito isso, informou que nos dias 21 e 22 de outubro ocorrerá a Conferência Estadual, com a participação de todas as representantes regionais e estaduais. Com relação às Conferências Municipais, disse que ocorrerão de julho até o final de agosto. A seguir, refletiu como poderão elaborar um plano sem antes ouvir o que as mulheres têm para dizer nessas Conferências. Dessa forma, ponderou que o primeiro passo seria um levantamento de dados e, depois, sentarem com a câmara técnica, com o Conselho para, então, elaborarem um plano estadual de políticas voltadas às mulheres. Continuando, informou que há cinquenta e sete Centros de Referência especializados de assistência social em funcionamento, dezoito Delegacias de Proteção, apenas seis Casas Abrigo, oito Centros de Atendimento às vítimas e cento e quarenta e seis Centros de Referência de Assistência Social. Manifestou que o grande objetivo, juntamente com o Conselho, é a ampliação dos Conselhos Municipais, visto que pegaram a Coordenadoria com apenas onze Conselhos, o que, a seu ver, é quase nada. Para finalizar, disse que estão trabalhando com todos os membros do Conselho, com a própria equipe da Coordenadoria, no sentido de ampliar o número de Conselhos para que em Santa Catarina tenham motivação, tenham a participação da mulher nas bases. Ato contínuo, fez uso da palavra a senhora Deputada Estadual Ana Paula Lima, que inicialmente retificou a senhora Selma dizendo que esta era a 3ª Conferência de Políticas Públicas para as Mulheres e que já existe um plano que foi produzido na 2ª Conferência. Externou que estavam presentes, juntamente com o Conselho, com a bancada feminina e com a Coordenadoria, para verificar o que o governo implementou do plano que foi discutido na 2ª Conferência e, lembrando o que disse a senhora Mirtes, saber o que foi colocado no PPA para que se possa votar na Alesc. Mostrou-se preocupada com as pessoas no Centro de Referência de Rio do Sul, que já está equipado, pronto para abrir as portas, opinando que era preciso realizar uma visita ao local. Concluindo, disse que Florianópolis e Itajaí já marcaram para o final do mês as suas Conferências Municipais e, nesse sentido, gostaria de saber como os outros Municípios irão organizar as suas Conferências. Retomando a palavra, a senhora Presidente encaminhou uma reunião da bancada com a presidente do Conselho e com a

coordenadora estadual para estabelecer uma pauta comum, perguntando se todos estavam de acordo, ao que a plenária aquiesceu. A seguir, informou que a sua assessoria irá passar para cada convidado da mesa um exemplar do livro Os 25 anos da Delegacia da Mulher de Florianópolis: Impasses e Perspectivas para a “Base da Pantera”, a primeira Delegacia do Estado de Santa Catarina e a segunda do País, cujos organizadores foram Luiz Fernando Neves Córdova, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marilândi do Rocio Teixeira e Caio Ragazzi Pauli Simão. Prosseguindo, ratificou o convite da senhora Dalva para a 3ª Conferência Municipal de Política para as Mulheres de Florianópolis, que acontecerá nos dias 29 e 30 de julho, na Capital, sendo que a inscrição poderá ser realizada no site da Prefeitura de Florianópolis. Finalizando, saudou a luta das professoras e dos professores do Estado de Santa Catarina, desejando que hoje seja um dia memorável pelo apreço à legalidade e à dignidade. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. [Taquígrafa-revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.]

DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1797ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1797ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Cecília Biesdorf Thiesen e Fausto Brasil Gonçalves. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1154/11, de Claudiomiro dos Santos e a Consulta - Câmara Municipal de Calmon/SC, Ofício nº 056/2011 de 18/07/2011, Interessado: José Travisani - Presidente da Câmara Municipal de Calmon/SC “Remuneração dos Deputados Estaduais dos anos de 2009 a 2011”. Continuando, a relatora deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0200/2011 de 22/07/2011, Ofício nº 2.937/SEJ de 14/07/2011, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4626 da Lei nº 868/99, Requerente: Procuradoria-Geral da Republica e Requerido: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1069/11, de Ivanildo Antonio de Souza; Processo nº 1148/11, de Maria Aparecida Rosa Eckert; Processo nº 1149/11, de Marly Jacques; Ofício nº 12.461/2011 de 28/07/2011, Interessado: Reinaldo Gomes Ferreira - Diretor DAP/TC “Processo APE nº 01/00807409 - relativo a aposentadoria de Amilcare José Zappellini” e a Comunicação Interna nº 042/2011 - 1º/08/2011, Interessada: Katia Sarlet Rezente de Lucia - Coordenadora de Planejamento e Avaliação de Pessoal “Consulta sobre a possibilidade de ocupação de cargo comissionado por estrangeiro”. 3) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1153/11, de Adriana Helena de Souza Gezak. 4) Relatoria do Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 1151/11, de José Filomeno Neto e a Comunicação Interna nº 079/2011 - 27/07/2011, Interessada: Diretor-Geral da ALESC “antecipação do 13º salário da funcionária Zélia Terezinha de Souza”, e aprovado parecer pelo indeferimento a Comunicação Interna nº 066/2011 - 18/07/2011, Interessada: Diretor-Geral da ALESC “antecipação do 13º salário do funcionário Márcio Vieira”. Continuando, o Senhor Presidente incluiu extrapauta a Comunicação Interna nº 086/2011, de 02/08/2011, Interessado: Diretor-Geral da ALESC “antecipação do 13º salário da funcionária Marilú Lima de Oliveira”. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia oito (08) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 03 de agosto de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1798ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1798ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves e Sérgio Augusto Machado. Aprovada a ata da sessão anterior. Antes de iniciar a sessão propriamente dita, o Senhor Presidente manifestou o pesar desta Procuradoria pelo falecimento do ex-Procurador Ângelo Bez, servidor que por muitos anos brindou a ALESC com seu notável saber e destacada gentileza no trato com os colegas. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade ao Processo nº 1188/11, de Jurandy de Arruda Neto e ao MEMO nº 0193/2011 de 18/06/2011, Ofício nº 843/2011 de 14/07/2011 - Mandado de Segurança nº 2010.018437-6, Impetrantes: Sérgio Ney Santana de Oliveira e outros e Impetrado: Presidente da ALESC. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1183/11, de Lino José Damiani Destro e Processo nº 1191/11, de Ivania Beatriz Ranzolin Nerbass. 3) Relatoria do Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1172/11, de Juliane Gonçalves Rocha e Processo nº 1170/11, de Vera Lúcia Cardoso Damasco. Continuando, a relatora deu conhecimento do parecer exarado ao MEMO nº 0202/2011 de 25/07/2011, Ofício nº 909/2011 de 25/07/2011 - Mandado de Segurança nº 2011.052798-8, Impetrante: Ademar Francisco Koerich e Impetrado: Presidente da ALESC. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 1184/11, de Imer Caldas; Processo nº 1185/11, de Ione Terezinha Reis de Melo e a Comunicação Interna nº 082/2011 de 28/07/2011, Interessado: Diretor-geral da ALESC "antecipação do 13º salário da funcionária Terezinha Bloemer Pickler". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dez (10) de agosto. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2011.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADESIVOS PARA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA "ADOÇÃO - LAÇOS DE AMOR"

DATA: 23/08/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 23 de agosto de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 10 de agosto de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2436/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 023/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CAMISETAS, PASTAS EM PVC CRISTAL, ADESIVOS PAINEL E PINS DE METAL) PARA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA ADOÇÃO - LAÇOS DO AMOR.

LOTE 1

Vencedora: ÁGUIA PAPELARIA E COMÉRCIO LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 7.990,00

LOTE 2

Vencedora: B2S COMÉRCIO DE BRINDES LTDA. ME
Valor do Último Lance: R\$ 3.690,00

LOTE 3

Vencedora: Anulado

LOTE 4

Vencedora: Alexsandro Avila de Oliveira ME

Valor do Último Lance: R\$ 7.380,00

Florianópolis, 09 de agosto de 2011

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 140/2011

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 003/2011-02 celebrado em 24/05/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: VIVO S.A

OBJETO: Prestação de serviço móvel pessoal com tecnologia digital na modalidade pós-pago em regime de comodato, habilitação e fornecimento de aparelhos telefônicos celulares, chip para transmissão de dados, acesso à internet e inclusão das demais condições para o funcionamento do sistema global de telefonia móvel.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.645.890,66

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos)

Subelemento: 3.3.90.39.64 (Telefonia Móvel) do orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: (a) Art. 24, V, da Lei nº 8.666/93; (b) Processo Licitatório nº 038/2011; (c) Autorização Administrativa.

Florianópolis, 08 de agosto de 2011.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 215

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 181, parágrafo único, do regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, solicito respeitosamente a Vossas Excelências o desarquivamento e retirada do projeto de lei nº 0569.4/2009, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Florianópolis", tendo em vista que a finalidade proposta no projeto deixou de existir.

Florianópolis, 03 de agosto de 2011

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 04/08/11

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 570/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto Internacional de Inovação**, referente ao exercício de 2010.

Daniela de Sá Jacobina Pires

Núcleo de Gestão i3 Instituto Internacional de Inovação

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 571/11

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Conselho Comunitário do Furadinho**, referente ao exercício de 2010.

Flávio José de Souza

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 10/08/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2548, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR GILBERTO SELZLER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Dirceu Dresch).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2549, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VANESSA RETZLAFF ZONTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2550, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **AMILTON ASCARI**, matrícula nº 3452, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de agosto de 2011 (Liderança do DEM).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2551, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR CIRO PADOAN, matrícula nº 6203, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do DEM).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2552, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARLETE FELIPPI**, matrícula nº 6104, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de agosto de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2553, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR HUGO GUILHERME LUTZ NASCIMENTO GOMES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-18, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2554, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **GABRIEL HENRIQUE CORREA DE MACHADO**, matrícula nº 6628, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de agosto de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2555, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Marcos Vieira **MANOEL CORDEIRO JÚNIOR**, servidor do Poder Executivo - Procuradoria Geral do Estado, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2014, de 26 de julho de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 00472011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2556, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Gilmar Knaesel **JOSETE APARECIDA BARÃO KRAUSER**, servidora do Poder Executivo - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 2024, de 28 de julho de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2557, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado Jorge Teixeira **ALINE PIERINA SCHMIDT**, servidora do Poder Executivo - EPAGRI, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 395, de 10 de fevereiro de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2558, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **MARIA MARCIA DE MELO BARRETO**, matrícula nº 1252, na DRH - Coordenadoria de Estágios Especiais.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2559, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 025/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulção Viana	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2560, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1150/2011,

RESOLVE: com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

CONCEDER a servidora **ROSALBA FIUZA LIMA**, matrícula nº 2144, **LICENÇA-PRÊMIO** referente ao quinquênio compreendido entre 11 de junho de 2006 10 de junho de 2011.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2561, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

NOME SERVIDOR	MATR	PERCENTUAL		VIGÊNCIA	PROCESSO Nº
		Concedido	Total		
Eduardo Goulart Nunes	4149	3%	6%	17/07/11	1152/2011
Diana Aparecida Gomes de Oliveira	4573	3%	6%	31/07/11	1186/2011
Juci Mara Santos Tomais	4690	3%	6%	01/08/11	1187/2011
Paulo Sesar Batista	5844	3%	3%	31/07/11	1189/2011
Leoberto Bregue Daniel	1468	3%	36%	03/08/11	1190/2011

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2562, de 10 de agosto de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIEL HENRIQUE CORREA DE MACHADO,

matrícula nº 6628, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 10 de agosto de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 317/2011**

Denomina Vereador José de Borba a travessia marítima entre a Praia da Vigorelli e a Vila da Glória, localizada entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul.

Art. 1º Fica denominada Vereador José de Borba a travessia marítima entre a Praia da Vigorelli e a Vila da Glória, localizada entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/11

JUSTIFICATIVA

José de Borba nasceu na cidade de São Francisco do Sul, em 20 de agosto de 1930, filho de Sebastião Serafim de Borba e Antonia Ana Soares de Borba, e foi casado com Leovegilda Machado de Borba.

Chegou a Joinville na década de 1960, elegendo-se vereador em 1976, pelo PMDB, partido que ajudou a fundar, e reelegeu-se em 1982, quando teve como uma das principais lutas, a implantação do ferryboat da Vigorelli.

Pelo excelente desempenho de suas funções e lealdade à comunidade joinvilense, recebeu Honra ao Mérito no ano de 1978. Mais tarde, no ano de 1981, foi condecorado pela exemplar assiduidade nas Sessões do Legislativo. Recebeu ainda inúmeras homenagens das escolas e associações dos bairros que representava.

Face aos relevantes serviços prestados por José de Borba ao desenvolvimento socioeconômico de sua região, solicito aos nobres Pares a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 318/2011

Institui o dia 23 de outubro de 2012 como a data do centenário da Guerra do Contestado.

Art. 1º Fica instituído o dia 23 de outubro de 2012 como a data do centenário da Guerra do Contestado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões
Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/11

JUSTIFICATIVA

Dia 23 de outubro de 2012 a Guerra do Contestado fará cem anos. O conflito envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual.

A Guerra do Contestado, como ficou conhecido o episódio, terminou em massacre e a rendição em massa dos sertanejos que, embora se tivessem empenhado com as primeiras vitórias, não puderam resistir à superioridade bélica das forças repressivas.

Com o fim da Guerra, Paraná e Santa Catarina chegaram a um acordo sobre a Questão dos Limites e a colonização da região foi intensificada. Surgiram as primeiras cidades e uma cultura regional começou a ser delineada. A economia extrativista da erva-mate e da madeira foi cedendo lugar aos novos empreendimentos de processamento da matéria-prima.

A modernização atingiu também a propriedade rural. A região passou a viver uma nova realidade socioeconômica e cultural. O desenvolvimento, que aconteceu a passos largos, preservou, contudo, o espírito inconformista e empreendedor do homem do Contestado, que venceu as adversidades de uma região inóspita e conflitante na luta por sua sobrevivência e na busca de seus direitos.

Assim, a lição está estampada na cultura e nas marcas que hoje se erguem por todo o território como marcos e referências turísticas porque resgatam um dos mais importantes episódios da história brasileira. Os fatos históricos e culturais inerentes à Questão do Contestado, associados à natureza e aos produtos da região, constituem importante roteiro turístico regional.

Diante do exposto, apresento este projeto de lei esperando contar com a aprovação dos nobres Parlamentares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 319/2011

Altera a Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, que "Autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências".

Art. 1º O § 1º do art. 1º, o § 1º do art. 2º e o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º Os serviços previstos nos incisos I a IV deste artigo serão formalizados nos termos da legislação infraconstitucional em vigor aplicável à espécie. (NR)

Art. 2º

§ 1º A quantidade de prestadores de serviços para um ou mais municípios, não especificada nesta Lei, será definida no decreto regulamentador e nos contratos. (NR)

Art. 7º

§ 1º No prazo de sessenta dias, contados da publicação da presente Lei, o Órgão Executivo Estadual de Trânsito deverá fixar a tabela contendo os valores mínimos e máximos para todos os serviços relacionados à formação de condutores de veículos automotores.

§ 2º O não cumprimento da tabela referida no parágrafo anterior implicará na penalidade de suspensão das atividades do Centro de Formação de Condutores por até trinta dias, e, no caso de reincidência, no cancelamento do credenciamento. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 6º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006.

Sala das Sessões,
Deputado Aldo Schneider
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Darci de Matos
Deputado Jorge Teixeira
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Jailson Lima da Silva
Deputado Mauro de Nadal
Deputado Edison Andrino
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Carlos Chiodini
Deputada Dirce Heiderscheidt

Lido no Expediente
Sessão de 10/08/11

JUSTIFICATIVA

Submetemos à consideração deste Parlamento projeto de lei alterando a Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, que "Autoriza ao Poder Executivo a delegar serviços públicos na área de trânsito e estabelece outras providências", para o fim de adequar a prestação dos serviços ali referidos às normas federais que regem a espécie, bem como excluir do corpo do texto legal a exigência de licitação para os citados serviços, a qual se revelou inviabilizada em face das múltiplas ações judiciais que suscitou até a presente data.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 152/2011**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Ituporanga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Ituporanga, pelo prazo de 10 (dez) anos, a área correspondente a 46,28 m² (quarenta e seis metros e vinte e oito decímetros quadrados), que é parte integrante do imóvel matriculado sob o nº 16.333 no Cartório do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga e cadastrado sob o nº 02840 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, onde se encontra instalada a 4ª Cia/13ª Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 2º A presente cessão de uso tem como objetivo a instalação do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência por parte do Município de Ituporanga.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e
III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Ituporanga.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 155/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Pinhalzinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Pinhalzinho o imóvel com área de 1.874,40 m² (um mil, oitocentos e setenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 1.441 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e cadastrado sob o nº 3938 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a prestação de serviços de saúde à população por parte do Município de Pinhalzinho.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;
II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e
III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º Esta doação fica dispensada da realização de processo licitatório com base no art.17, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 158/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de Caxambu do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Caxambu do Sul o imóvel com área de 1.290,00 m² (um mil, duzentos e noventa metros quadrados), com benfeitoria, matriculado sob o nº 6.189 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 4371 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo a prestação de serviços de saúde por parte do Município de Caxambu do Sul.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º Esta doação fica dispensada da realização de processo licitatório com base no art.17, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 178/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Samaritano - ABBS, de Joaçaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Samaritano - ABBS, com sede no Município de Joaçaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 193/2011

Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ, de Palhoça.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Beneficente Morro dos Quadros - ACBMQ, com sede no Município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 201/2011

Declara de utilidade pública a Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade - ATDIAC, do Município de Tubarão.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Tubaronense Doce Idade de Apoio à Cidadania na Terceira Idade - ATDIAC, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 205/2011

Declara de utilidade pública a Associação Recreativa, Esportiva Futsamba, de São José.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreativa, Esportiva Futsamba, com sede no Município de São José.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 210/2011

Autoriza a doação de imóveis no Município de Chapecó.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Chapecó os seguintes imóveis:

I - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Cristo Rei, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), contendo benfeitoria de 120,00 m² (cento e vinte metros quadrados), matriculado sob o nº 40.401 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00636 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração;

II - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Norte, com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), contendo benfeitoria de 668,35 m² (seiscentos e sessenta e oito metros e trinta e cinco decímetros quadrados), matriculado sob o nº 1.368 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 00637 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração; e

III - o imóvel onde se encontra instalada a Unidade Sanitária Santo Antônio, com área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), contendo benfeitoria de 149,70 m² (cento e quarenta e nove metros e setenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 42.882 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e cadastrado sob o nº 01380 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade regularizar a atual ocupação, tendo em vista que os serviços da área da saúde foram municipalizados.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Chapecó.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 224/2011

Declara de utilidade pública o Grupo Folclórico Açoriano São Luiz Gonzaga, de Garopaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Folclórico Açoriano São Luiz Gonzaga, com sede no Município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 225/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária da Encantada, de Garopaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária da Encantada, com sede no Município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 227/2011

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio às Crianças Carentes - CACC, de Araquari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio às Crianças Carentes - CACC, com sede no Município de Araquari.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 229/2011

Declara de utilidade pública a Associação Parkinson Santa Catarina, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Parkinson Santa Catarina, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 230/2011

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - Regional Santa Catarina - ABRAZ-SC, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Brasileira de Alzheimer e Doenças Similares - Regional Santa Catarina - ABRAZ-SC, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 239/2011

Declara de utilidade pública o Grupo Amigo Bicho, do Município de São Miguel d' Oeste.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Amigo Bicho, com sede no Município de São Miguel d' Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 240/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da Rua Governador Jorge Lacerda e Transversais, com sede e foro na cidade e Comarca de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0248.1/2011

A ementa do Projeto de Lei nº 0248.1/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma."

Sala da Comissão, em
Deputado Romildo Titon

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de //

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 248/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Criciúma, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 250/2011

Declara de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos, de Presidente Getúlio.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Regional de Recuperação e Reabilitação de Dependentes Químicos, com sede no Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 259/2011

Altera a Lei nº 11.809, de 2001, que declara de utilidade pública a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de São Miguel d'Oeste.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.809, de 04 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel d'Oeste.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de São Miguel d'Oeste, com sede no Município de São Miguel d'Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 262/2011

Declara de utilidade pública a Associação Jaguarunense de Atletas e Amigos do Jiu-Jitsu Brasileiro - ASI AJIU-JITSU, com sede no Município de Jaguaruna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Jaguarunense de Atletas e Amigos do Jiu-Jitsu Brasileiro - ASI AJIU-JITSU, com sede e foro no Município e Comarca de Jaguaruna.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 276/2011

Declara de utilidade pública o Lar das Meninas Casa do Caminho, no Município de Campos Novos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar das Meninas Casa do Caminho, com sede no Município de Campos Novos.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 358/2010

Declara de utilidade pública a Associação Ecochannel, de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Ecochannel, com sede no Município de Florianópolis e foro na Comarca da Capital.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2010

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 375/2010

Altera a Lei nº 12.152, de 2002, que declara de utilidade pública a Associação Empresarial dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.152, de 11 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, com sede no Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Fotógrafos Profissionais de Santa Catarina, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 04 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 015/11**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/1001.6/2011

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do regimento Interno, **REQUEREM** a constituição de Fórum Parlamentar em defesa da pessoa idosa, pois segundo dados da Organização Mundial de Saúde - OMS, o Brasil atualmente apresenta um contingente populacional de idosos maior do que a população de crianças com faixa etária de cinco anos de idade, o que, segundo estimativas, no ano de 2025 fará com que o Brasil seja o sexto maior país do mundo em número de idosos. Diante dessa realidade, faz-se necessária e urgente a criação e implementação de políticas públicas com o objetivo de preparar a sociedade civil a essa realidade. O Poder Legislativo, como órgão responsável pelo ordenamento jurídico, não pode ficar alheio ao tema e tem o dever de manter-se em consonância com a busca pelo bem estar social. Neste sentido, o requerido servirá para fomentar uma maior integração dos nobres Deputados desta Casa em prol do bom desenvolvimento de nossos idosos, pelo que, pugnamos pela sua aprovação.

Sala das Sessões,
Deputada Dirce Heiderscheidt
Deputado Valmir Comin
Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Dado Cherem

Deputado Ismael dos Santos

Deputado Aldo Schneider

Deputada Ana Paula Lima

Deputada Luciane Carminatti

Deputado Manoel Mota

Deputado Romildo Titon

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Daniel Tozzi

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Sargento Amauri Soares

Deputado Jorge Teixeira

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Ciro Marçal Roza

Deputado Jailson Lima

Deputado Elizeu Mattos

Deputado José Milton Scheffer

ESTADO DE SANTA CATARINA**Gabinete do Governador****COORDENADORIA ESTADUAL DO IDOSO**

Excelentíssima Senhora Deputada,

Porque da Adesão a Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa

A sua adesão dará real importância ao idoso, onde a maturidade passará a ser patrimônio e não encargo, ampliando nesse segmento social a participação ativa, produtiva e politicamente engajada. O idoso de hoje foi o jovem politizado e ativo dos anos 60 que elegeu e continuam elegendo os senhores parlamentares para manter e melhorar seu universo democrático.

Ate o ano de 2025, segundo a OMS, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior numero de idosos, mas ainda é grande a desinformação sobre os idosos e as particularidades do envelhecimento em nosso contexto social. A necessidade de uma “RENOVAÇÃO” na ação pública, pois os idosos muitas vezes são “vítimas” de projetos implantados sem qualquer articulação com os órgãos de política pública da pessoa idosa.

Para que servirá a frente parlamentar em defesa da pessoa idosa?

Conforme a Política Nacional do Idoso - lei n. 1041 de 2003 e o Estatuto do idoso, que entrou em vigor no dia primeiro de outubro de 2003: Art. 10 § 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetivos pessoais.

Uma frente parlamentar em defesa da pessoa idosa ajudaria o idoso a viver com dignidade. Ajudaria a mudar atitudes em relação as pessoas idosas; a dar maior visibilidade ao idoso, a discriminação e ao preconceito contra o idoso; a esclarecer as responsabilidades para com o idoso; a melhorar a prestação de contas para com o idoso e a providenciar um quadro adequado a políticas públicas e tomada de decisões.

Mudança de Atitudes

Uma frente parlamentar ajudaria a reduzir a discriminação e o preconceito contra os idosos. Ajudaria a mudar a visão sobre as pessoas idosas de destinatários de caridade para indivíduos com direitos, conhecimento, poder e experiência. Respeito crescente pelos idosos ira aperfeiçoar relacionamentos entre diferentes gerações e construir sociedades mais coesas.

Mais Visibilidade

Uma frente parlamentar chamaria atenção a diferentes formas de discriminação vivenciadas por pessoas idosas, inclusive às diferentes maneiras como são discriminados homens e mulheres. Providenciaria a base para a advocacia, à atenção pública e a educação sobre os direitos das pessoas idosas. Complementaria e elevaria o perfil do MIPAA e dos princípios das Nações Unidas.

O Idoso Eleitor

É comum se encontrar na imprensa brasileira comentários e análises que afirmam que os adolescentes podem vir a decidir as eleições de outubro. São cerca de 4 milhões os jovens que possuem entre 16 e 18 anos. Entretanto, pouco se fala da população com mais de 60 anos, que já soma mais de 24,5 milhões de eleitores, número 260% maior que o de adolescentes. Apenas na faixa entre 60 e 69 anos grupo de idosos que é obrigado a votar - existem mais de 8 milhões de eleitores - o dobro dos adolescentes votantes.

O idoso no século XXI**Um forte mercado consumidor****Poderoso eleitor e formador de opinião política**

JOSÉ PAULO DA CUNHA

COORDENADOR ESTADUAL DO IDOSO

*** X X X ***